

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO À 9ª EDIÇÃO	5
TÍTULO I – INTRODUÇÃO	7
1. O Direito Civil como direito privado comum	7
2. Princípios fundamentais	13
a. O Personalismo Ético	13
b. O princípio da autonomia	16
c. O princípio da responsabilidade	18
d. O princípio da confiança e da aparência	22
e. O princípio da boa fé	24
f. O princípio da paridade jurídica	26
g. O princípio da equivalência	27
h. O reconhecimento da propriedade e a sua função	29
i. O respeito pela família e pela sucessão por morte	31
3. Os dados extrajurídicos e as janelas do sistema: a Natureza das Coisas	33
TÍTULO II – AS PESSOAS	37
CAPÍTULO I – AS PESSOAS SINGULARES	37
4. A personalidade jurídica	37
5. O direito de personalidade	40
6. Direito objetivo e direito subjetivo de personalidade	41
7. Tutela jurídica da personalidade	46
a. Em geral	46
b. Tutela civil da personalidade	48
c. A defesa da personalidade das pessoas já falecidas	54
d. Direito de personalidade e autonomia privada	58
8. O direito à vida	61

9.	O direito à integridade física e psíquica	64
10.	O direito à inviolabilidade moral	66
11.	O direito à honra	66
12.	O direito à privacidade	70
13.	O direito à identidade pessoal e ao nome	74
14.	O direito à imagem	75
15.	Início da personalidade jurídica e o estatuto jurídico do nascituro	76
16.	O termo da personalidade jurídica: a morte	89
17.	O estatuto jurídico do cadáver	91
18.	A capacidade jurídica	94
19.	Capacidade de gozo e capacidade de exercício	94
20.	Capacidade e legitimidade	97
21.	O estado, <i>status</i> ou estatuto	100
22.	A esfera jurídica	102
23.	O património	103
24.	Domicílio e residência habitual	106
25.	Estatuto jurídico da ausência	108
26.	Curadoria provisória	109
27.	Curadoria definitiva	112
28.	Morte presumida	113
29.	O regresso do ausente	114
30.	Incapacidades	116
31.	A incapacidade dos menores	117
32.	O acompanhamento dos maiores	124
CAPÍTULO II – AS PESSOAS COLETIVAS		134
33.	O exercício jurídico coletivo, a contratualidade, a comunhão, a socialidade, a instituição e a personalização	134
34.	Natureza da personalidade coletiva	139
35.	O substrato, a organização e o reconhecimento das pessoas coletivas	147
a.	Substrato	147
b.	Elemento pessoal	149
c.	Elemento patrimonial	150
d.	Elemento teleológico	151
e.	Reconhecimento	152
36.	A tipicidade das pessoas coletivas	153
37.	Classificações das pessoas coletivas	159
38.	A capacidade de gozo das pessoas coletivas	160
39.	Limitações legais específicas à atuação de certas pessoas coletivas	162
40.	O fim e o objeto social das pessoas coletivas	165

41. Capacidade de exercício ou organicidade nas pessoas coletivas	168
42. Organização das pessoas coletivas	170
43. Os atos <i>ultra vires</i>	174
44. A vinculação das pessoas coletivas	183
45. A responsabilidade das pessoas coletivas	184
46. A desconsideração da personalidade coletiva	187
47. As associações	194
48. As fundações	198
49. As sociedades civis simples	210
a. O tipo da sociedade civil simples	210
b. O problema da personificação das sociedades civis simples	212
c. Critério da personificação	213
d. Diferenças de regime	217
50. As associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais	218
a. Associações sem personalidade	219
b. O contrato e o fundo comum	219
c. As comissões especiais	220
TÍTULO III – OS BENS	223
51. Bens jurídicos e coisas jurídicas	223
52. Noção e características das coisas	225
53. Classificações das coisas	227
54. Coisas corpóreas e incorpóreas	227
55. Coisas no comércio e coisas fora do comércio	228
56. Coisas móveis e imóveis. Coisas inertes e semoventes	230
57. Coisas simples e complexas; compostas e coletivas	238
58. Coisas fungíveis e infungíveis	239
59. Coisas consumíveis e inconsumíveis	240
60. Coisas divisíveis e indivisíveis	241
61. Coisas presentes e futuras	242
62. Coisas principais e acessórias	243
63. Coisas frutíferas e infrutíferas: os frutos	245
64. As benfeitorias	247
TÍTULO IV – O EXERCÍCIO JURÍDICO	251
CAPÍTULO I – SITUAÇÕES JURÍDICAS, RELAÇÕES JURÍDICAS E DIREITOS SUBJETIVOS	251
65. Situações, relações e posições jurídicas	251
a. Situações da vida e situações jurídicas	251
b. Relações da vida e relações jurídicas	252

c.	Situações e relações socialmente típicas	253
d.	Posições jurídicas	253
66.	Bem, interesse e poder	255
a.	Noção jurídica de bem	255
b.	Noção jurídica de interesse	256
c.	Noção jurídica de poder	257
67.	Poderes de gozo, poderes creditícios e poderes potestativos	258
a.	Poderes de gozo	258
b.	Poderes creditícios	259
c.	Poderes potestativos	259
68.	O direito em sentido objetivo e em sentido subjetivo	260
a.	Direito objetivo e direito subjetivo	260
b.	As raízes do direito subjetivo	261
c.	A vontade e o interesse no direito subjetivo	266
69.	O direito subjetivo como estrutura	268
70.	O direito subjetivo como substância	271
71.	Limites do direito subjetivo: o abuso do direito	277
a.	Contrariedade à boa fé	277
i.	<i>Honeste agere</i>	278
ii.	<i>Alterum non laedere</i>	279
iii.	<i>Venire contra factum proprium</i>	279
b.	Contrariedade aos bons costumes	280
c.	Desvio em relação ao fim social ou económico	281
d.	Tipos doutrinários tradicionais de abuso do direito	282
i.	<i>Exceptio doli</i>	283
ii.	<i>Venire contra factum proprium</i>	283
iii.	Inalegabilidades formais	284
iv.	<i>Supressio</i> (Verwirkung) e <i>surrectio</i> (Erwirkung)	285
v.	<i>Tu quoque</i>	285
vi.	Exercício em desequilíbrio	286
e.	Consequências jurídicas do abuso do direito	287
72.	Conceito de direito subjetivo	288
73.	Contitularidade de direitos subjetivos	295
a.	Em geral	295
b.	A compropriedade	295
c.	A contitularidade de direitos de crédito	297
d.	Contitularidade da participação social	298
e.	Outros tipos de contitularidade	298
74.	Expectativas jurídicas	299
75.	Exercício e tutela dos direitos subjetivos	301

a.	Colisão de direitos	301
b.	Ação direta	302
c.	Legítima defesa	304
d.	Estado de necessidade	305
e.	Consentimento do lesado	306
76.	Vicissitudes das situações jurídicas e dos direitos subjetivos	307
a.	Constituição	307
b.	Modificação	308
c.	Disposição e extinção	309
CAPÍTULO II – A CAUSA		311
77.	As raízes da causa	311
78.	Influência da causa	315
79.	Modalidades da causa	318
a.	Causa objetiva e causa subjetiva	318
b.	Causa classificativa e causa de juridicidade	318
c.	Causa da atribuição patrimonial	319
d.	Causa da obrigação	320
e.	Causa do negócio jurídico	321
f.	<i>Consideration</i>	322
80.	Causalidade e abstração	322
CAPÍTULO III – A REPRESENTAÇÃO		326
81.	O fenómeno representativo	326
a.	Representação e substituição	326
b.	Representação e legitimação	327
c.	Representação e interposição	328
82.	Atuação em nome de outrem (<i>contemplatio domini</i>) e atuação por conta de outrem	328
83.	O interesse no agir representativo	330
84.	A relação subjacente ou fundamental	331
85.	O relacionamento interno e externo na representação	332
86.	Representação legal, orgânica, voluntária e institória	334
a.	Representação legal	334
b.	Representação orgânica	335
c.	Representação voluntária	336
d.	Representação institória	337
87.	Capacidade para o exercício representativo	338
88.	Falta ou vícios da vontade e outros estados subjetivos relevantes	339
89.	Justificação dos poderes do representante	341
90.	Negócio consigo mesmo	341

91. Representação sem poderes e abuso da representação	343
92. A procuração	349
93. Outorga da procuração	350
a. Procuração expressa	350
b. Procuração tácita	351
c. Procuração instituída	353
94. Vicissitudes da procuração	354
a. Instruções	354
b. Modificações	355
c. Revogação da procuração	356
d. Extinção da procuração	359
e. Eficácia interna e externa das vicissitudes da procuração	359
95. O substabelecimento	361
96. A forma da procuração	361

CAPÍTULO IV – O TEMPO E A ESTABILIZAÇÃO

DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

97. A evolução no tempo de situações jurídicas duradouras:	363
a. alteração de circunstâncias	363
a. A doutrina da cláusula “ <i>rebus sic stantibus</i> ”	364
b. A doutrina da pressuposição	365
c. A doutrina da imprevisão	366
d. A doutrina da base do negócio	367
e. A doutrina do risco	369
f. A doutrina da “ <i>frustration</i> ”	370
g. A alteração de circunstâncias no direito português	373
i. Em geral	373
ii. A anormalidade da alteração de circunstâncias	378
iii. A perturbação da justiça interna do contrato	378
iv. O papel da boa fé	380
v. O efeito da mora	381
vi. A modificação do contrato	381
vii. A resolução do contrato	383
98. A necessidade de estabilidade da vida jurídica e os processos de estabilização: prescrição, caducidade e não uso	384
99. A prescrição	386
a. Prescrição comum e presuntiva	387
b. Invocação da prescrição	390
c. Início do prazo da prescrição	391
d. Suspensão da prescrição	392
e. Interrupção da prescrição	395

100. Caducidade	397
a. Caducidade e autonomia privada	398
b. Oficiosidade do conhecimento da caducidade	399
c. Início e curso do prazo de caducidade	399
101. O não uso	400
TÍTULO V – OS NEGÓCIOS JURÍDICOS	405
CAPÍTULO I – NOÇÕES PRÉVIAS	405
102. As ações	405
103. Os factos jurídicos “ <i>stricto sensu</i> ”	407
a. Perspetiva subsuntiva silogística	407
b. Perspetiva analógica e hermenêutica	409
104. Os atos jurídicos	411
105. Os negócios jurídicos	415
a. O negócio jurídico como ato de autonomia privada	415
b. O negócio jurídico como operador juscientífico	416
c. O negócio jurídico como vontade e como declaração	417
d. A vontade dos “efeitos jurídicos” e dos “efeitos práticos”	419
e. O negócio como “facto” e como “valor”	420
106. Liberdade de celebração e liberdade de estipulação	422
107. Autonomia e heteronomia	426
108. Limites da autonomia privada e área objetiva de licitude	429
109. A ilicitude e as suas consequências. Invalidez e responsabilidade	431
110. Pressupostos dos negócios jurídicos	433
a. As partes	433
b. Capacidade	434
c. Legitimidade	436
d. Objeto	439
CAPÍTULO II – CLASSES DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	441
111. Classe e classificação. Distinção do tipo	441
112. Negócios unilaterais e plurilaterais	443
113. Negócios “ <i>inter vivos</i> ” e “ <i>mortis causa</i> ”	445
114. Negócios consensuais e formais	445
115. Negócios pessoais e patrimoniais	446
116. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios	447
117. Negócios sinalagmáticos	449
118. Negócios gratuitos e onerosos	451
119. Negócios comutativos, aleatórios e parciários	452
120. Negócios de administração e de disposição	454
121. Negócios causais e abstratos	456

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	458
122. A declaração negocial e a sua perfeição	458
123. A declaração expressa, a declaração tácita e o silêncio	463
124. A declaração negocial nos negócios entre presentes e entre ausentes	468
125. A proposta contratual e o convite a contratar	469
a. A proposta de contrato	469
b. O convite a contratar	471
c. Eficácia vinculativa da proposta	472
d. Revogação da proposta	475
e. Morte ou incapacidade do proponente	476
126. A aceitação	478
127. Tipos de processos de contratação	481
a. Proposta-aceitação	482
b. Contratação sobre documento	483
c. Contratação em leilão	483
d. Contratação automática	485
e. Venda por catálogo	486
f. Contratação em auto-serviço	486
g. Contratação eletrónica	487
128. O consenso e o dissenso	488
a. O consenso	488
b. O dissenso	489
129. A boa fé na negociação e na celebração	492
CAPÍTULO IV – OS NEGÓCIOS UNILATERAIS	500
130. Noção	500
131. Promessas unilaterais nuas: a promessa de cumprimento e o reconhecimento de dívida	504
132. Atipicidade dos negócios jurídicos unilaterais	512
133. A promessa ao público	517
134. Os concursos	520
135. As ofertas públicas de aquisição, de venda e de troca. Remissão	525
CAPÍTULO V – OS CONTRATOS	526
136. Noção	526
137. Tipos de contratos	528
138. O tipo contratual	529
139. Contratos típicos e atípicos	532
140. Contratos mistos	533
a. Contratos puros e mistos	533

i.	Classificação tipológica: contratos mistos de tipo múltiplo e de tipo modificado	533
ii.	Classificação tradicional: contratos mistos combinados, de tipo duplo e em sentido estrito	534
b.	A absorção, a combinação, a analogia e a criação	536
141.	União de contratos	541
CAPÍTULO VI – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO		
DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS		544
142.	Interpretação e integração	544
a.	A interpretação das declarações negociais	544
b.	A integração das declarações negociais	546
143.	Critérios legais	549
a.	O critério geral do artigo 236 ^o do Código Civil	549
b.	A relevância do caráter gratuito ou oneroso na interpretação	553
c.	A interpretação dos negócios formais	555
d.	A interpretação dos testamentos	557
e.	A interpretação das cláusulas contratuais gerais	557
f.	Regras sobre a integração das declarações negociais	559
CAPÍTULO VII – A QUALIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS		
144.	As definições legais dos tipos negociais	562
a.	O problema das definições	562
b.	Definições lexicais, definições estipulativas e redefinições	563
c.	Síntese	564
145.	A qualificação	565
a.	A qualificação como juízo predicativo	565
b.	Os índices do tipo	568
c.	O juízo primário e o juízo secundário	569
d.	A correspondência ao tipo e a ordenação no tipo	571
146.	Relevância da tipicidade ou atipicidade. A importância dos tipos de referência e dos tipos-padrão	571
CAPÍTULO VIII – O CONTEÚDO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS		
147.	O conteúdo dos negócios jurídicos	574
148.	Distinção entre conteúdo e objeto	577
149.	A licitude do conteúdo	578
a.	Não contrariedade à Lei	580
b.	Não contrariedade à Moral	581
c.	Não contrariedade à Natureza	584
d.	Não contrariedade à Ordem Pública	586

150. A fraude à lei e os negócios fraudulentos	587
151. A dignidade de proteção legal	594
152. A doutrina dos elementos do negócio jurídico e processo substantivo: elementos essenciais, naturais e acidentais	597
153. O processo tipológico: a comparação, a graduação, a analogia e a criação	600
154. A condição	603
a. Condições impróprias	606
b. Condições ilícitas	607
c. Condições suspensivas e resolutivas	608
d. Condições causais, potestativas e mistas	609
e. Pendência da condição	611
f. Verificação da condição	613
g. Eficácia da condição	614
h. Negócios incondicionáveis	614
155. O termo	615
a. Termo inicial e termo final	615
b. Termo certo e termo incerto	615
c. Modo de contagem do termo	615
d. Pendência do termo	617
e. Negócios insuscetíveis da estipulação de termo	617
156. O modo	618
a. Conteúdo do modo	618
b. Regime legal do modo	619
c. Distinção entre o modo e a condição	621
157. A lesão e a usura	622
a. A lesão	622
b. A viragem da lesão para a usura	623
c. A usura como vício do conteúdo do negócio jurídico	624
d. O requisito objetivo da usura: o desequilíbrio excessivo ou injustificado	625
e. Requisito subjetivo atinente ao lesado: a inferioridade	626
f. Requisito subjetivo atinente ao usuário: a exploração reprovável	627
g. Consequência jurídica: a anulação ou a modificação	628
158. As cláusulas contratuais gerais	629
a. Tipos de cláusulas contratuais gerais iníquas	629
b. Nulidade das cláusulas contratuais gerais	633
c. Ação inibitória	634
159. Negócios indiretos	634
160. Negócios fiduciários	639

CAPÍTULO IX – A VONTADE E A DECLARAÇÃO NEGOCIAIS	650
161. A liberdade e esclarecimento como pressupostos da validade negocial	650
162. A falta de vontade negocial	652
a. A coação absoluta	652
b. A falta de consciência da declaração	653
c. As declarações não sérias	654
d. A falta de vontade em cláusulas contratuais gerais	655
163. Vícios da vontade	656
a. O erro	656
i. Erro sobre a pessoa ou sobre o objeto do negócio	657
ii. Erro sobre os motivos	659
iii. Erro sobre a base do negócio	659
iv. Síntese do sistema legal da relevância do erro espontâneo	665
b. O dolo	671
c. A coação moral	674
d. O estado de necessidade e a usura (remissão)	675
e. A incapacidade acidental	676
164. Vícios da declaração	676
a. A divergência entre a vontade e a declaração	677
b. A simulação	678
i. Realidade e aparência	678
ii. Tipos de simulação	681
iii. A simulação e a forma	682
iv. Arguição da simulação	689
v. Prova da simulação	693
c. A reserva mental	695
d. O erro na declaração	697
e. Erro de cálculo ou de escrita	698
f. Erro na transmissão da declaração	699
CAPÍTULO X – A FORMA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	700
165. A forma	700
166. Forma e formalidades	701
167. Forma interna e forma externa	702
168. Forma “ <i>ad substantiam</i> ” e forma “ <i>ad probationem</i> ”	703
169. Forma legal, forma convencional e forma voluntária	704
a. Forma legal	704
b. Forma convencional	707
c. Forma voluntária	708
170. A forma das estipulações e pactos acessórios	709

a. As estipulações e pactos acessórios anteriores e contemporâneos	710
b. As estipulações e pactos acessórios posteriores	712
171. A forma dos negócios atípicos	712
172. A consequência legal da falta de forma e o dever de formalização	714
CAPÍTULO XI – VALORES NEGATIVOS DOS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS	726
173. Inexistência	726
174. Invalidade: nulidade e anulabilidade	731
a. Invalidade e desvalor do ato	731
b. Interesse público e privado na invalidade	731
c. Carácter originário ou superveniente	733
d. Legitimidade	734
e. Retroatividade	736
f. Oponibilidade	738
g. Caducidade	739
h. Modo de arguição	740
i. Confirmação e renovação	741
j. Invalidades atípicas	742
k. Simples irregularidades	742
175. Ineficácia simples	743
CAPÍTULO XII – O <i>FAVOR NEGOTII</i>	744
176. O <i>favor negotii</i>	744
177. A redução	746
178. A conversão	748
179. O relacionamento entre a redução e a conversão	751
180. A superação judicial das invalidades formais	754
CAPÍTULO XIII – A EXTINÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	758
181. A revogação – distrate	758
182. A resolução – rescisão	759
183. A denúncia	762
184. A caducidade	763
BIBLIOGRAFIA	765
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	781
ÍNDICE GERAL	787